



Número: **0856787-43.2017.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **21/11/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DAVI OLIVEIRA MARCELINO (AUTOR)		ANA RAQUEL DE SOUSA E SILVA COUTINHO (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
30320033	02/05/2020 17:05	embargos de declaração_davi de oliveira	Informações Prestadas

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DA CAPITAL DA CAPITAL, ESTADO DA PARÁIBA.

DAVI OLIVEIRA MARCELINO, já qualificado nos Autos em epígrafe,
por seus Advogados, que esta subscreve, vem, na Ação de Obrigação Cobrança que
move em face da **BRDESCO COMPANHIA DE SEGUROS**, empresa também já
qualificada nos Autos em epígrafe, tempestivamente, vem, respeitosamente perante
Vossa Excelência, opor os presentes

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

com fundamento no artigo 494, incisos II, e art. 994, IV, ambos
do Código de Processo Civil, esperando que, apreciando os termos das razões em
anexo, seja totalmente provido o Recurso ora interposto.

Termos em que junta esta aos Autos,

Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 01 de maio de 2020.

Fabio Carneiro Cunha Lima

Advogado – OAB/PB nº. 13.527

Ana Raquel de S. e S. Coutinho

Advogada – OAB-PB nº. 11.968



RAZÕES DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Embargante: DAVI OLIVEIRA MARCELINO

Embargado: BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS

Das Omissões, contradições e obscuridades.

Ínclito Magistrado, dada máxima vênia, a venerada decisão proferida por V. Excelência, em que pese em a fundamentação apresentada, restou contradições e obscuridades quanto a aplicação da legislação e jurisprudência que rege o seguro DPVAT e que interpretou e forma contraditória o resultado da perícia médica realizada quanto as sequelas sofridas pelo Autor em decorrência do acidente sofrido para indenização do seguro DPVAT.

É que, no julgamento ora embargado, o Douto Julgador, apenas apesar de observar as lesões e sequelas sofridas na fundamentação da decisão, desconsiderou o resultado da perícia para fins de indenização.

No presente caso a sequela, resultado da perícia médica é a seguinte:

Região Corporal (Sequela)

Membro superior esquerdo (braço)

10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐
100% ☒

Portanto devendo a mesma ser a base de cálculo para correta indenização, ou seja MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO 100%.

Pelo exposto, tendo a r. decisão, retro cometido contradição e



restada obscuridade ao julgar pela condenação da indenização de forma equivocada para a cobertura do seguro DPVAT ao caso, não restando outro caminho a Embargante senão opor os presentes Embargos Declaratórios. Com isso, requer o ora Embargante que Vossa Excelência conheça e dê total provimento aos presentes para: rever e esclarecer sobre os pontos acima apontados, bem como os elementos utilizados para fundamentação da decisão, e consequentemente ser julgado o mérito da ação, conforme preleciona a Constituição Federal, em seu Art. 93, IX, bem como o Art. 489, II do Código de Processo Civil.

Termos em que junta esta aos Autos,

Pede e espera provimento, por ser medida de direito e justiça.

João Pessoa, 01 de maio de 2020.

Fabio Carneiro Cunha Lima
Advogado – OAB/PB nº. 13.527

Ana Raquel de S. e S. Coutinho
Advogada – OAB-PB nº. 11.968

